



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO**

LEI nº 1556, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2024

(Publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 1.289 de 06/12/2024)

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO** aprovou e **EU** sanciono a seguinte **LEI**:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei, em consonância com as disposições sobre a matéria, contidas no artigo 165 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 e na Lei Municipal nº 1549, de 17 de julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, estima a Receita e fixa a Despesa do Município de São Gonçalo para o exercício financeiro de 2025, compreendendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO**

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, bem como as Fundações, as Autarquias e os Fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público;

III – o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

TÍTULO II

DOS ORÇAMENTOS FISCAL, DA SEGURIDADE SOCIAL E DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS

CAPÍTULO I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

Art. 2º - A Receita Orçamentária, a preços correntes e conforme a legislação tributária vigente é estimada em R\$ 2.408.707.521,00 (Dois bilhões, quatrocentos e oito milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e vinte e um reais), desdobrada e demonstrada nos seguintes agregados:

I – Orçamento Fiscal, em R\$ 1.521.052.745,00 (Um bilhão, quinhentos e vinte e um milhões, cinquenta e dois mil e setecentos e quarenta e cinco reais);

II – Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 887.654.776,00 (Oitocentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e seis reais).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º - As Receitas são estimadas por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, conforme o disposto abaixo:

I – RECEITA MUNICIPAL	VALOR EM R\$ 1,00
I.1 – RECEITAS CORRENTES	2.356.540.952
I.2 – RECEITAS DE CAPITAL	52.166.569
RECEITA GLOBAL	2.408.707.521

Art. 4º - A Receita será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, de acordo com o desdobramento abaixo:

RECEITAS CORRENTES	2.356.540.952
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	476.910.937
Contribuições	114.332.000
Receita Patrimonial	28.662.456
Receita de Serviços	1.399.792
Transferências Correntes	1.627.924.488
Outras Receitas Correntes	27.667.441
Deduções – Receitas Correntes	-102.990.768
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	182.634.606
RECEITAS DE CAPITAL	52.166.569
Operações de Crédito	8.601.000
Alienação de Bens	134.776
Transferências de Capital	42.960.219
Outras Receitas de Capital	470.574
TOTAL	2.408.707.521



CAPÍTULO II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Art. 5º. - A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 2.408.707.521,00 (Dois bilhões, quatrocentos e oito milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e vinte e um reais), com o desdobramento abaixo:

I – DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO

DESPESAS CORRENTES	2.093.298.776
Pessoal e Encargos Sociais	1.216.300.033
Juros e Encargos da Dívida	7.957.500
Outras Despesas Correntes	869.041.243
Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	75.938.706
DESPESAS DE CAPITAL	125.924.139
Investimentos	74.020.639
Inversões Financeiras	50.000
Amortização da Dívida	51.853.500
Despesas de Capital Intra-Orçamentárias	106.695.900
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	4.850.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.000.000
TOTAL	2.408.707.521



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 6º - Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o artigo 9º da Lei Municipal nº 1549, de 17 de julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Art. 7º - A Despesa Total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida na forma abaixo:

I – DESPESA POR FUNÇÃO

LEGISLATIVA	26.677.000
ADMINISTRAÇÃO	216.329.319
SEGURANÇA PÚBLICA	7.781.212
ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.742.559
PREVIDÊNCIA SOCIAL	285.453.263
SAÚDE	775.868.541
TRABALHO	210.000
EDUCAÇÃO	524.952.624
CULTURA	1.266.970
URBANISMO	129.543.226
HABITAÇÃO	12.750
SANEAMENTO	153.000
GESTÃO AMBIENTAL	140.324.253
AGRICULTURA	48.000
COMÉRCIO E SERVIÇOS	92.000
TRANSPORTE	9.238.300
DESPORTO E LAZER	17.809.000
ENCARGOS ESPECIAIS	217.355.504



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.850.000
TOTAL	2.408.707.521

II – DESPESA POR ÓRGÃO

PODER LEGISLATIVO

Câmara Municipal	32.000.000
Fundo Especial da Câmara Municipal de São Gonçalo	80.000

PODER EXECUTIVO

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria Municipal de Administração	35.710.600
Secretaria Municipal de Fazenda	171.712.050
Gabinete do Prefeito	2.907.975
Procuradoria Geral	77.453.000
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer	3.522.200
Secretaria Municipal de Compras e Suprimentos	3.286.500
Secretaria Municipal de Ordem Pública	58.374.842
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	2.642.450
Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil	5.815.000
Secretaria Municipal de Transportes	18.768.300
Secretaria Municipal de Controle Interno	2.393.055
Secretaria Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas	1.362.681
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano	140.679.776
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1.871.200
Secretaria Municipal de Habitação	1.753.209
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	5.406.775
Secretaria Municipal de Gestão Integrada e Projetos Especiais	5.587.364
Secretaria Municipal de Assistência Social	5.801.690



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca	1.042.600
Secretaria Municipal de Governo	2.508.510
Secretaria Municipal de Comunicação Social	1.575.200
Secretaria Municipal de Conservação	173.048.660
Reserva de Contingência	2.000.000
Fundo Municipal de Defesa Civil	287.000
Fundo Municipal para Infância e Adolescência	2.363.100
Fundo Municipal de Assistência Social	42.960.220
Fundo Municipal de Políticas sobre Álcool e Drogas	20.200
Fundo Municipal de Esporte e Lazer	10.000
Fundo Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	6.381.093
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	24.450
Fundo Municipal do Turismo	4.000
Fundo Municipal de Saúde	774.415.541
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	12.750
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de São Gonçalo	331.100
Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de São Gonçalo	9.295.000
Fundo Municipal de Apoio à Pessoa com Deficiência	45.000
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher	45.000
Fundo Municipal de Educação de São Gonçalo	524.952.624
Fundo Municipal de Cultura	1.353.200
Fundo Municipal de Segurança Pública	100.000

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Instituto de Previdência do Município de São Gonçalo	259.306.606
Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental	2.000
Fundação Municipal de Saúde	1.373.000



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Fundação de Artes, Esportes e Lazer de São Gonçalo	22.148.000
Fundação Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de São Gonçalo	5.974.000
TOTAL	2.408.707.521

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº. 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por incorporação de superávit e/ou saldo financeiro disponível do exercício anterior, efetivamente apurados em balanço, por excesso de arrecadação em bases constantes e por anulação parcial ou total de dotações dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei.

Parágrafo Único – Os créditos adicionais suplementares por anulação parcial ou total de dotações do Poder Executivo, tratados no caput deste artigo, ficam limitados a 35 % (trinta e cinco por cento) dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 9º - As dotações para pagamento de pessoal e encargos sociais com servidores estão alocadas em cada Unidade Orçamentária da Administração Direta e Indireta.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 10 - A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 11 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para as funções de Assistência Social, Saúde, Educação, Saneamento e Habitação em áreas de baixa renda.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a subempréstimos voltados para a modernização administrativa e fiscal especialmente tratando-se do Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM e do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantia do Tesouro Nacional para a realização destes financiamentos.

Art. 15 – O Poder Executivo poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, em cumprimento ao que estabelece o Artigo 9º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, para garantir o alcance das metas fiscais, conforme o artigo 34 da Lei Municipal nº 1549, de 17 de julho de 2024 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para, em virtude de alteração na estrutura organizacional, legal ou regimental de órgãos da Administração Direta ou de entidades da Administração Indireta, adaptar o orçamento aprovado pela presente Lei à modificação administrativa ocorrida, inclusive criando Unidades Orçamentárias, Programas de Trabalho, Elementos de Despesa e Fontes de Recursos necessários à redistribuição dos saldos de dotações, sem aumento de despesas, observando o equilíbrio orçamentário.

Art. 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025.

São Gonçalo, 03 de dezembro de 2024.

NELSON RUAS DOS SANTOS
- Prefeito –